



DESENVOLVIMENTO, QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: lutas e resistência étnicorraciais

Cláudia Alves Durans¹
Cristiana Costa Lima²
Aura González Serna³
Dirce Veron⁴
Representante do Moquibom⁵

PROPOSTA DA MESA TEMÁTICA COORDENADA

A mesa temática coordenada objetiva refletir acerca da questão social na América Latina, tendo como eixo a análise do modelo de desenvolvimento nela implementado, no contexto da crise internacional capitalista, destacando a relação entre o Serviço Social, as lutas e resistências em movimento da região. Parte-se da compreensão da questão social como resultante das condições de produção e distribuição da riqueza socialmente construída, sendo, portanto, resultado da dinâmica capitalista a partir das relações capital/trabalho. A questão social manifesta-se em consonância com as condições sociais, políticas e culturais em cada país, as quais são determinadas pela integração destes ao capitalismo mundial, desde as invasões européias, principalmente por Portugal e Espanha, seguida pelo domínio inglês e, mais recentemente, pelo imperialismo dos Estados Unidos e de parte da Europa.

Nesse sentido, compreende-se as desigualdades abissais existentes como consequência da forma histórica estruturalmente erigida nesses territórios; dessa forma, inseridos no capitalismo internacional a partir de um modelo de desenvolvimento desigual e combinado que aprofunda as desigualdades, a devastação ambiental, a concentração de renda, prolifera as expressões da questão social e faz emergir, sob o predomínio do capitalismo financeiro, a sangria da dívida pública desses países. A mesa temática coordenada propõe, assim: expor as particularidades das lutas e resistência das comunidades tradicionais indígenas, ribeirinhas e quilombolas; problematizar se o Serviço Social tem sido permeável às lutas populares dessa região e questionar como os assistentes sociais tem se inserido nesse debate.

¹ Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates sobre Serviço Social e Movimento Social (GSERMS). E-mail: cdurans@uol.com.br

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Integrante do Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates sobre Serviço Social e Movimento Social (GSERMS). E-mail: costalima.cristiana@gmail.com

³ Assistente Social. Universidade Pontifícia Bolivariana (UPB).

⁴ Estudante de Graduação. Liderança indígena Guarani Kaiowá.

⁵ Movimento dos Quilombolas da Baixada Maranhense.



QUESTÃO SOCIAL E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL

Cláudia Alves Durans¹

RESUMO: O texto aborda a particularidade da questão social no Brasil como fruto das relações capitalistas aqui construídas através da exploração e opressão das classes trabalhadoras. Busca a gênese das desigualdades e pauperismo no Brasil, marcado por quase quatro séculos de escravidão. Analisa os pilares de sustentação do escravidão: o trabalho escravo, a monocultura e o latifúndio, que geraram altíssimas taxas de lucro, destacando que, após a abolição e da proclamação da república, com a necessidade de construção de uma ideia de nação desenvolvida, era necessário eliminar o elemento negro, através da ideologia do branqueamento e do mito da democracia racial, que mascararam/mascaram a real condição a que foram postos negros e negras neste país.

PALAVRAS-CHAVE: questão social, racismo, trabalho, classes, escravidão.

ABSTRACT: The text deals with the particularity of social issues in Brazil as a result of capitalist relations built here through exploitation and oppression of the working classes, seeking the genesis of inequities and pauperism in Brazil, marked by nearly four centuries of slavery. Analyzes the supporting pillars of slavery, slave labor, and monoculture plantations, which generated high profit rates, and after the abolition and the proclamation of the republic, the construction of the new idea developed nation where it was necessary to eliminate the element black, through the whitening ideology and the myth of racial democracy, which masked / masking the real condition that were put black men and women in this country.

KEYWORDS: social issues, racism, work, classes, slavery.

¹ Doutora. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: cdurans@uol.com.br



1 INTRODUÇÃO

A hipótese trabalhada neste texto é de que a questão social no Brasil não pode ser analisada sem considerar as complexas relações étnicorraciais que estão na base da formação social brasileira, marcada por profundas desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais, fruto de 388 anos de trabalho escravo. Nesse período adentraram no país cerca de 4 a 5 milhões de africanos, vítimas do tráfico negreiro e que incorporados ao sistema colonial escravista. Estes homens e mulheres produziram a riqueza no período e, após o fim da escravidão legal (1888) e com a República (1889) não foram incorporados ao sistema de produção como força de trabalho livre, constituindo uma franja marginal, na caracterização de Clovis Moura.

Assim, partimos da análise de que não se pode pensar a questão social na sociedade brasileira contemporânea, sem recorrer à gênese do pauperismo no Brasil, que está intrinsecamente ligada, como herança, às relações étnicorraciais que se conformaram neste país. Trata-se de apreender a particularidade desse fenômeno que, em nossa análise, não pode ser pensado sem levar em conta que na experiência brasileira vivemos 388 anos de trabalho escravo e 125 anos de trabalho livre.

Seguramente, a história oficial do país, contada do ponto de vista dos dominantes, faz questão de omitir a maior parte da existência do país desde a invasão do território pelos europeus, as relações construídas a partir do trabalho escravizado indígena e negro. E que, quando as condições internas e externas para a exploração despudorada dos africanos e seus descendentes já não estavam mais postas, trataram de construir processos para uma transição ao trabalho livre, para a sociedade urbano-industrial, que excluiu os ex-escravizados indígenas e negros de qualquer acesso aos meios de produção, principalmente a terra, que fossem utilizados como força de trabalho livre, assim como foram restringidos de qualquer acesso aos bens, serviços, direitos ou políticas protetivas que os identificassem dentro da cidadania construída na recente nação capitalista, dependente e subordinada.

Com isso, pretendemos contribuir com as elaborações do Serviço Social, para desvelar os mecanismos que constituíram o Brasil como uma sociedade profundamente desigual, com uma estrutura de classes também extremamente racializada, mas onde há



grande dificuldade de compreender os conflitos sócio-raciais e xenófobos que vigoram na atualidade na sociedade globalizada, fruto dos mecanismos ideológicos construídos.

2 DESIGUALDADE E QUESTÃO RACIAL: negros e negras na estrutura desigual da sociedade brasileira

De modo geral temos acordo com a perspectiva analítica da questão social que credita o seu surgimento a partir da emergência da sociedade urbano-industrial, com as mudanças na forma de produzir e reproduzir a vida social, calcada na relação capital/trabalho e todas as consequências advindas desse processo: exploração, opressão, péssimas condições de trabalho e vida do proletariado. Isso conduziu os proletários a enfrentamentos com a classe antagônica - a burguesia, exigindo o seu reconhecimento como classe portadora de direitos.

Corretamente Netto (2004) afirma que mesmo a questão social estando intrinsecamente ligada à exploração capitalista, ou seja, é própria da sociedade burguesa, do desenvolvimento capitalista, isto não implica que não haja outros elementos que a componham.

A análise de conjunto que Marx oferece n' O capital revela, luminosamente, que a "questão social" está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. A exploração, todavia, apenas remete à determinação molecular da "questão social"; na sua integralidade, longe de qualquer uniausalidade, ela implica a intercorrência mediada de componentes históricos, políticos, culturais, etc. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime do capital, toda luta contra as suas manifestações sócio-políticas e humanas (precisamente o que se designa por "questão social") está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos. (Netto, 2004, pgs 45-46).

É nesse aspecto trabalhado por Netto (2004), da não uniausalidade no trato da questão social, ou seja, não apenas pela determinação econômica, que queremos aprofundar, entendendo que o capitalismo é global, regido pelas mesmas leis, determinações e contradições seja no Japão, EUA, Peru, Angola ou Brasil. Porém, as manifestações da questão social se revelam tendo em vista componentes históricos, sociais, culturais, etc.

Aqui trata-se de buscar a gênese que particulariza a questão social no Brasil a partir da constituição da formação social brasileira, que tem como marca histórica o



escravismo. Não se trata de afirmar que no período escravismo no Brasil tivemos a mesma dinâmica capitalista do pós 1930, portanto, que tenhamos uma questão social no período do escravismo pleno e tardio, utilizando uma classificação de Moura (1987). Mas, compreender que o processo do escravismo negro, a partir da diáspora africana é parte da dinâmica que resultou na acumulação capitalista, principalmente na América, servindo ao desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa.

Como afirma Mandel (1980) analisando o surgimento das classes sociais no capitalismo, os capitalistas, quanto à origem social poderiam ter sido comerciantes, antigos nobres ou mestres artesãos enriquecidos, ou até servos libertados, contudo, o relevante é de onde vieram os capitais: do capital comercial e usurário; da colonização violenta da Ásia, África e América, primeiro através da pilhagem de metais preciosos, depois como fornecedores de matérias-primas para a grande indústria e alimentos para seus trabalhadores, através das grandes plantações sob regimes escravistas.

O descobrimento das regiões auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento nas minas da população indígena, a conquista e saque das Índias Orientais, a transformação da África em um quintal reservado para o comércio de peles negras caracterizavam o alvorecer da era de produção capitalista. Esses processos idílicos constituem fatores fundamentais da acumulação primitiva do capital. Os atos de barbárie e os perversos ultrajes perpetrados pelas chamadas raças cristãs em todas as regiões do mundo e contra todos os povos que puderam subjugar, não encontram paralelo em nenhuma época da história universal e em nenhuma raça, por mais selvagem e inculta, impiedosa e impudica que fosse. (MANDEL, 1980, p.57).

Essa citação de Mandel, assim como as análises marxianas, mostram o quão conectadas com a acumulação primitiva de capital e com o mercantilismo estavam conectadas as regiões ditas bárbaras, ao sistema capitalista global em desenvolvimento. Como a diáspora africana contribuiu decisivamente através do tráfico negreiro e da exploração descarada de homens, mulheres e crianças escravizadas, arrancadas de suas terras, para a acumulação de capitais.

No Brasil, como toda a América Latina, desde seus primórdios, se constituiu a partir dessas relações de subordinação, dependência e pilhagem.

A Europa necessitava de ouro e prata. Os meios de pagamentos em circulação se multiplicavam sem cessar e era preciso alimentar os movimentos do capitalismo na hora do parto: os burgueses se apoderavam das cidades e fundavam os bancos, produziam e trocavam mercadorias, conquistavam novos mercados. Ouro, prata, açúcar: a economia colonial mais abastecedora que



consumidora, estruturou-se em função das necessidades do mercado europeu, e a seu serviço. O valor das exportações latino americanas de metais preciosos foi, durante prolongados períodos do século XVI, quatro vezes maior que as importações, composta por escravos, sal e artigos de luxo. Os recursos fluíam para que os acumulassem as nações europeias emergentes do outro lado do mar. Esta era a missão fundamental que trouxeram os pioneiros, embora, além disso aplicassem o evangelho quase tão frequentemente como o chicote, aos índios agonizantes. A estrutura das colônias ibéricas nasceu subordinada ao mercado externo e, em consequência, centralizada em torno do setor exportador que concentrava renda e poder. (Galeano, pag. 22, 1968)

Fica explícita a intenção dos colonizadores, principalmente portugueses e espanhóis, em explorar as riquezas naturais desde os minérios (ouro, prata, etc.), especiarias, pau brasil, borracha etc. passando pela monocultura do algodão, açúcar, café, recorrendo à força de trabalho escravizada indígena e africana, que servia à expansão da indústria na Europa e para a acumulação primitiva. No Brasil colônia a economia sustentou seus pilares no trabalho escravo, na monocultura e no latifúndio Como discute Santos:

o advento da atividade açucareira veio substituir os tipos iniciais de exploração da colônia baseados no sistema extrativista de produtos como o pau-brasil (FERLINI, 1994). Com a produção do açúcar inaugurava-se o sistema produtivo de exploração, sendo o latifúndio, a monocultura e o trabalho escravo elementos essenciais para a diminuição dos gastos e aumento dos lucros (NOVAIS, 2001). A grande extensão territorial evitava gastos com fertilização e cuidados técnicos. A monocultura impedia o crescimento da pequena propriedade que não interessava à metrópole; e, o trabalho escravo se impunha por algumas razões. Dentre elas a existência de um tráfico ultramarino de escravos era o que mais justificava, pois conforme nos mostra. Novais (2001) possibilitava enormes lucros à metrópole e isso determinou a substituição do trabalho escravo indígena pelo trabalho escravo africano. As riquezas que a coroa portuguesa e os comerciantes de escravos angariavam com o tráfico tornavam esta atividade, e por consequência o trabalho escravo africano, indispensáveis à dinâmica das relações entre metrópole e colônia.

Para justificar essa exploração aviltante, os europeus recorreram a diferentes justificativas de diversas ordens, inclusive argumentando cientificidade. Como afirma Moura (apud Santos 2010) “o negro passou a ser definido como inferior, bárbaro, selvagem, assemelhado a um animal, simples instrumento de produção, lhe foi retirada sua verticalização e humanização através da violência física e psicológica.”



A escravidão como forma material atingiu o âmbito da superestrutura, criando valores, moral, ética, cultura, correspondentes, marcando decisivamente a dinâmica do desenvolvimento socioeconômico e cultural do Brasil pós-escravidão.

Marx e Engels afirmam no Manifesto Comunista que “As ideias dominantes de uma época sempre foram às ideias da classe dominante”. Já em O Capital, Marx assinala:

Na produção social de suas vidas, os seres humanos ingressam em relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção essas que correspondem a um determinado nível de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas sociais de consciência. O modo de produção da vida material condiciona, em geral, o processo de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas sim, inversamente, é o seu ser social que determina a sua consciência. Em certo nível de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou - o que destas é apenas uma expressão jurídica - com as relações de propriedade, no interior das quais se haviam movimentado até então. (MARX, 1984....)

No mesmo sentido, Silva (1995, p.25 apud Santos), analisa o aspecto ideológico que justifica a exploração do homem pelo homem, no caso do escravismo negro.

Como não é possível estabelecer relações recíprocas de direitos e respeito em um sistema baseado na exploração do outro, desenvolveu-se toda uma ideologia justificadora da opressão e inferiorização, objetivando a destruição da identidade, da autoestima e do reconhecimento dos valores e potencialidades do oprimido.

Evidentemente que a dinâmica social brasileira não se deu sem conflitos e resistências tanto indígena como negra. Conforme defende Moura, apesar das adaptações de setores da população escravizada ao sistema e de lutas de setores não escravizados, o conflito central que moveu o aparato estatal foi entre os negros e os senhores. A quilombagem, assassinatos de senhores, fugas, infanticídio, etc. foram formas encontradas pelos negros para resistirem à opressão. Porém, não foram capazes de criar uma alternativa de ordem societal em substituição à existente. Nesse aspecto há que ressaltar que foram as relações sociais burguesas que encontraram condições para o pleno desenvolvimento das forças produtivas na América Latina, e em particular, no Brasil, a partir da sua tendência global e globalizante.



Assim, mesmo com as pressões externas, principalmente da Inglaterra, a quem não mais interessava a escravidão, porque precisava de mercados para seus produtos manufaturados, assim como as pressões internas dadas pela luta quilombola, pelo avanço do abolicionismo, rebeliões (revolta dos malês, cabanagem, Balaiada, entre outras), os escravocratas conseguiram preparar o terreno para a passagem sem grandes traumas ao sistema de trabalho livre. Um dos poderosos instrumentos foi a Lei de Terras de 1850, ou seja, próximo à abolição, foi editada num país em que o acesso à terra era mediante sesmaria e capitâneas hereditárias, assando a ser mediante compra e venda. Isso numa evidente negação do acesso à população negra, que em 1888 será “libertada”, sem indenizações, sem reparações pelos quase quatro séculos de escravidão, e sem acesso aos bens, serviços e mínimo de sistema protetivo. Como afirma Santos:

O fim da mesma e o início do sistema capitalista de produção não representaram para a população negra brasileira uma melhoria das suas condições de vida que permaneceram extremamente precárias. Os ex-escravos e seus descendentes continuaram a ser tratados como inferiores e discriminados pela cor da pele, relegados à miséria e falta de perspectivas.

Após a abolição, se do ponto de vista econômico houve foram operadas mudanças significativas, do ponto de vista social pouca coisa mudou para os ex-escravos. Na substituição pelo trabalho livre, a classe dominante brasileira tratou de incorporar imigrantes, excluindo a força de trabalho negra. Importante destacar ainda que com a proclamação da república em 1889 a necessidade de a construção do projeto de nação à imagem e semelhança das nações europeias, a numerosa população negra representava uma ameaça ao ideal de nação branca. Daí a ideologia da mestiçagem, com o intuito de num determinado interstício abolir os traços negroides da população brasileira.

A ideologia do branqueamento, “nada mais é do que uma tática para desarticular ideologicamente e existencialmente o segmento negro a partir de sua autoanálise” (MOURA, 1983, p.126), completada pelo mito da democracia racial que pregava a inexistência do conflito racial, onde a pluralidade étnico-racial e democracia conviviam perfeitamente, colocaram um véu mistificador na situação perversa em que foi colocada a população negra neste país.

A divisão racial do trabalho durante a escravidão seria substituída pela “competição democrática” da sociedade capitalista. Tal pensamento escamoteava



a construção histórica do país e virava as costas à condição da população negra durante essa formação. Essa competição democrática consubstanciada no mito da democracia racial “desarticula a consciência do negro brasileiro”, pois o mesmo se vê como incapaz frente ao sucesso profissional e educacional do branco. (MOURA, 1983, p.127)

CONCLUSÃO

Para efeito deste artigo e pelo percurso histórico feito conclui-se que, o racismo foi uma ideologia, calcada na materialidade do sistema escravista no Brasil, criada para submeter e dividir a população trabalhadora e assim, garantir a exploração, a opressão e humilhação. Quase quatro séculos de escravismo, deixaram marcas profundas na sociedade brasileira, que são visíveis até os dias atuais. O racismo foi estruturante da sociedade brasileira, construção histórica do estado, para justificar a exploração despudorada de homens, mulheres e crianças. O Brasil é uma sociedade das mais desiguais do mundo, mesmo sendo atualmente a 7ª economia. Desigualdades sociais e econômicas que foram aprofundadas terrivelmente nas últimas duas décadas, a partir das políticas neoliberais adotadas principalmente a partir do Governo Collor de Melo.

Evidentemente que a formação sócio-histórica do nosso país desde a sua gênese criou um situação estrutural de desigualdades que, mesmo com as intensas lutas sociais desenvolvidas pelos setores desfavorecidos, que garantiram algumas conquistas e direitos, não as reverteram.

Os dados oficiais mostram as diferenças colossais existentes entre brancos e não brancos, onde negros e negras ocupam os espaços mais desprivilegiados na sociedade e os piores indicadores de condições de vida e trabalho em todos os itens. Sem dúvidas as classes sociais no Brasil são extremamente racializadas. Enfrentar essa realidade, entendendo seus determinantes, assim como construir propostas de enfrentamento, de organização e lutas constitui-se um grande desafio para o Serviço Social, movimentos sociais e para a sociedade como um todo.



REFERÊNCIAS

IAMAMOTO, Marilda. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, nº 3, 2001

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editorial Boitempo, 1998.

_____. **O Capital** – Livro I – O processo de produção do capital. v. 1. São Paulo: DIFEL, 1984.

MOURA, Clovis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo, editora: Anita, 1994.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da Questão Social. A Questão Social no Capitalismo. **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, nº 3, 2001.

SANTOS, Rosenverck Estrela. Ações afirmativas em perspectiva marxista. **Revista Universidade e Sociedade**, nº 46. Brasília ANDES-SN, 2010.



O MODELO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Cristiana Costa Lima¹

RESUMO

A formação profissional em Serviço Social frente ao modelo de desenvolvimento estabelecido na América Latina na contemporaneidade. Apresenta as particularidades do modelo "neodesenvolvimentista" na região, revelando seus traços de continuidade do modelo neoliberal, e problematiza o impacto dessas transformações na formação profissional em Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Modelo de desenvolvimento. Serviço Social. Formação Profissional.

ABSTRACT

The vocational training in Social Work against development model in Latin America contemporaneity. Presents the particularities "new developmenalism" in the region, revealing yours traces of continuity of the neoliberal model, and discusses the impact of these transformations in vocational training in Social Work.

KEYWORDS: Development model. Social Work. vocational training.

¹Estudante de Pós-Graduação: Doutorado. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: costalima.cristiana@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

As particularidades do desenvolvimento da América Latina, especialmente na contemporaneidade, impõem desafios aos pesquisadores e profissionais comprometidos com a efetiva emancipação humana nessa região. Há que se ter claro entendimento do que se passa no continente do ponto de vista das políticas desenvolvimentistas em gestação e suas implicações para a reprodução social latina.

O que objetivamos neste texto é exatamente desnudar a ideologia do "neodesenvolvimentismo" em voga, especialmente no tocante aos impactos que ele traz nas manifestações da questão social na região. E, ainda, como esse modelo tem determinado as mediações profissionais do Serviço Social e, conseqüentemente, o caráter da formação profissional.

Com isso, pretendemos contribuir para a reflexão que resgate o projeto ético-político do Serviço Social, sobretudo em seu comprometimento com os movimentos de resistência na América Latina e na região amazônica.

2 O MODELO DE DESENVOLVIMENTO NA AMERICA LATINA

As crises são inerentes ao capitalismo e afetam as classes fundamentais e a atuação do Estado - este, principal instrumento utilizado pelas classes para o enfrentamento às crises cíclicas do sistema. A correlação de forças, os projetos trazidos pelas classes e a hegemonia construída por elas se inter-relacionam com a forma e o tipo de mediação que o Estado processará nesse cenário.

As respostas dadas pelo Estado impactam diretamente as estratégias de acumulação da riqueza, o trabalho e os meios ideopolíticos que, sustentados nessa base material, apresentam-se como instrumentos formadores de práticas, ideologias e subjetividades, ou seja, a reprodução social.



O projeto hegemônico em curso na sociedade tem alguns traços. Um desses traços é o papel ativo do Estado na indução do crescimento econômico e de políticas que devem possibilitar uma estratégia de coesão, consenso e alianças de classe.

[...] o Estado passa a desempenhar um papel central neste projeto dando andamento ao processo da sua contrarreforma, favorecendo os espaços para a produção de super-lucros. Por isso mesmo, inova suas práticas ideológicas e produtivas, seja nos países centrais, seja nos periféricos, patrocinando uma série de transformações nos padrões de acumulação e reprodução vigentes. (MOTA, 2012, p. 31-32).

Contemporaneamente, esse projeto vem sendo denominado de neodesenvolvimentista¹, orientado por princípios do social-liberalismo, que advoga a existência de crescimento econômico com justiça social, principalmente através das chamadas políticas de alívio à pobreza.

Liberal porque, como destaca Gonçalves (2012, p. 661-662), caracteriza-se por: baixa propensão a políticas setoriais, liberalização comercial, ausência de restrição ao investimento estrangeiro direto, minimização da função alocativa do Estado (investimento, políticas setoriais e planejamento), incorporação da função distributiva do Estado de forma moderada (valoriza a distribuição de renda, mas ignora a distribuição de riqueza); defesa das reformas institucionais orientadas para a correção de falhas no mercado e de governo (função reguladora do Estado) e grande ênfase na estabilização macroeconômica (controle da inflação e equilíbrio fiscal).

Social porque implementam uma política de consolidação de um sistema de proteção social, baseada fortemente em programas de transferência de renda para o combate à pobreza. A CEPAL, por exemplo, registra, no período de 1998 a 2010, a existência de 40 programas de transferência de renda na região latina. Dentre eles, estão

¹ Compreendemos aqui o "neodesenvolvimentismo" como uma nova faceta do liberalismo em sua estratégia de intervenção estatal que propicia a estabilização econômica favorável à reprodução do sistema do capital. Não altera, inclusive, as bases do neoliberalismo implantado na região latina, ainda que tenha se expressado via governos oriundos de uma agenda contrária ao Consenso de Washington, a exemplo do Brasil nas gestões Lula da Silva - Dilma Roussef, da Argentina, sob o casal Néstor e Cristina Kirchner, e do Chile de Ollanata Hulama, mas também fortemente enraizado na Colômbia de Álvaro Uribe e Juan Manuel Santos, no Chile de Sebastián Piñera e no México de Peña Nieto, sob forte influência do governo estadunidense. Nestes últimos países (México, Chile, Colômbia), acentua-se o viés liberal de suas políticas, complementando a continuidade do livre-comércio e das privatizações (KATZ, 2012, p. 712).



o *Asignación Universal por Hijo para Protección Social* (2009-), *Familias por la Inclusión Social* (2005-) e *Jefas y Jefes de Hogar Desocupados* (2002-2005), na Argentina; *Bolsa Família* (2003-), no Brasil; *Chile Solidário* (2002-), no Chile; *Familias en Acción* (2001-) e *Subsídios Condicionados a la Asistencia Escolar* (2005-) e *Red Juntos (Red para la superación de la pobreza extrema)* (2007-), na Colômbia. A essa rede de proteção social, somam-se à política de incentivo ao consumo através da disponibilização de crédito e incremento da média salarial recebida pelos trabalhadores.

À medida que esse projeto toma forma vai expressando uma coalisão entre classes antagônicas que favorece ao grande capital, atende necessidades do trabalho mas não afeta a concentração da riqueza, no máximo redistribui a renda entre setores da mesma classe trabalhadora, mas sem afetar a acumulação da riqueza.

Isso significa que essas políticas podem de fato alterar o desenho da pobreza e da miséria, mas não altera, não muda, não reverte a histórica desigualdade social na América Latina. Essa fase supostamente de novo desenvolvimento no Brasil e na América Latina traz mais continuidade do que alguma ruptura efetiva com o padrão e o período anterior. Elemento típico a nossa modernização conservadora.

O real significado do discurso de um novo desenvolvimentismo efetiva-se por meio de uma forte intervenção do Estado para beneficiar grandes grupos econômicos. Tal projeto centra-se em grandes projetos e na exportação de *commodities*, contribuindo para expropriação e exploração de massa de trabalhadores. Estamos assistindo na América Latina a um processo que tem uma grande particularidade política: o discurso da negação ao neoliberalismo ao mesmo tempo em que afirma que sua superação se faz à base de desenvolvimentismo. Ou seja, crescimento econômico feito sob expansão da grande propriedade, em cima das *commodities*, do mercado comercial, das riquezas do subsolo (pré-sal), do minério, da soja, do milho e outros.

Este modelo incentiva la multiplicación de emprendimientos exclusivamente destinados a comercializar productos básicos. Mientras crece la influencia del agro-negocio, las inversiones extranjeras consolidan la especialización petrominera. Todas las potencias buscan asegurarse el aprovisionamiento de insumos latinoamericanos, afianzando la inserción de la zona como granja o socavón de la economía mundial. (KARTZ, 2012, p. 718).



Nesse cenário, a Amazônia tem sido apenas mais um espaço de saque, sem nenhuma perspectiva de desenvolvimento efetivo para a região. Os projetos minerais são pensados para durar no máximo três ou quatro décadas e, depois disso, as multinacionais vão embora; os países onde se instalam especializam-se em produzir gado, soja (para consumo de animal criado na Europa) e minério. A título de exemplo, registra Leal (2013): "em 30 anos, retirou-se 50 milhões de toneladas de manganês do Amapá... deixaram lá apenas uma imensa cratera cercada de mato; toda a jazida de cassiterita de Manaus-Caracará foi devastada, dizimando os índios na região" ¹.

Os países da região têm optado por reduzir a pobreza e a desigualdade via programas de assistência social. Mota (2008) afirma que tem havido uma alteração na definição da questão social, bem como na sua forma de enfrentamento na medida em que transforma os desempregados e os subempregados em clientela da assistência social em detrimento ao direito ao trabalho. Há, assim, um "deslizamento da raiz do fenômeno e da noção de questão social para as genéricas denominações de 'exclusão', pobreza, combate à fome" (MOTA, 2008, p. 41). Programas são desenvolvidos em cima da cultura de que superamos o neoliberalismo, sem, entretanto, nenhuma reforma estrutural de fundo que altere as condições postas. Ao contrário, perpetua-se o receituário neoliberal para as políticas sociais na região.

3 IMPLICAÇÕES À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO MODELO DE DESENVOLVIMENTO NA AMERICA LATINA

A partir das últimas décadas do século XX, o Serviço Social tem sofrido profundas transformações em todo o continente nos marcos das respostas dadas pelo neoliberalismo frente à crise capitalista a partir da década de 1970. No que diz respeito à

¹ Conferência do Prof. Aluísio Lins Leal (UFPA) sobre "A conjuntura política latino-americana e a questão da região amazônica", realizada pelo GSERMS (Grupo de Pesquisa em Serviço Social e Movimento Social) e Observatório de Políticas Públicas e Lutas Sociais, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, São Luís, em 02 de abril de 2013.



política de formação profissional proposta pelo ajuste neoliberal, o que se percebe é um controle sobre os processos de formação acadêmica a partir de um padrão profissional voltado para exigências imediatas do mercado.

A proposta dos organismos internacionais (FMI e Banco Mundial) para os países dependentes afirma a necessidade de uma formação por competência, pragmática, flexível, polivalente, em detrimento de uma formação profissional crítica inseridas nas lutas cotidianas das classes trabalhadores e com horizonte societal claramente definido.

A hegemonia do capital financeiro, sua volatilidade, rapidez inédita, o curto prazo da especulação financeira, contamina toda a sociedade pela pressão do aqui e agora. O trabalho é tornado flexível e descartável. Só se produz o que é demandado. Naturaliza-se a realidade social e a sociedade não encontra alternativa. Se essas afirmativas estão corretas, pode-se afirmar que um novo perfil de trabalhador se gesta na sociedade sob o domínio do capital financeiro.

É nessa conjuntura que cada vez mais aparece para o Serviço Social demandas por intervenções isoladas junto a famílias, práticas terapêuticas, ações de responsabilidade individual ou social, práticas clínicas. O contexto em que vivemos aos apelos aos subjetivismos, adaptação de comportamentos, amenização de conflitos, como se os resultados fossem decorrência da mera vontade do sujeito. Esse cenário tem implicações não só no surgimento de novas demandas profissionais como também de redimensionar a formação profissional.

Há uma dicotomia entre conhecimento e intervenção, polarizando na centralidade da prática que coloca em evidencia o pragmatismo. Nessa visão funcionalista, a preocupação reside nos comportamentos e as respectivas funções que preenchem. A ênfase sobre o controle do comportamento passa a ser um procedimento curricular por intermédio dos objetivos educacionais. Para tal, definem-se os comportamentos finais a serem atingidos e os critérios que possibilitam avaliar. Diante desse quadro, o trabalhador deve ser desespecializado, desregulamentado, polivalente e multifuncional.



Partimos do pressuposto de que a formação profissional sempre está orientada para a intervenção profissional. Porém, não é o mercado que deve definir a formação profissional. Portanto, a formação profissional se refere à aquisição de competências teóricas, técnico-operativas e ético-políticas que se conjugam e se expressam na intervenção profissional.

Um dos desafios postos para a formação profissional na atualidade consiste em interpretar as transformações que afetam o mundo da produção, a esfera do Estado e das políticas que nos permita conhecer as novas mediações nas manifestações da questão social frente às demandas postas à profissão e às respostas dadas por ela. Essa concepção parte do entendimento da profissão como totalidade e não reduzida a uma perspectiva técnico-operacional que dê respostas imediatas ao mercado.

Entendemos que a formação profissional deve possibilitar uma compreensão das transformações contemporâneas do capital que modificam e determinam os espaços de atuação profissional dos assistentes sociais. Nesse sentido, a formação dos assistentes sociais deve ser generalista no sentido de possibilitar ao conjunto do alunado uma leitura da realidade na qual está inserido.

Diante disso, os pressupostos básicos para formação profissional devem estabelecer uma relação estreita com a questão social, base de fundação sócio-histórica da profissão e constitutiva da relação profissão-realidade. Ou seja, a questão social deve ser entendida como o eixo fundamental do Serviço Social e, portanto, o eixo ordenador da estrutura curricular das unidades de ensino do Serviço Social em toda a América Latina.

4 CONCLUSÃO

A diretiva dos organismos internacionais introduziu uma série de medidas (exame nacional de curso, mestrados profissionalizantes, substituição dos currículos mínimos por diretrizes curriculares, cursos sequenciais, ensino à distância em todos os níveis), no sentido da privatização das políticas sociais, de favorecimento da expansão dos serviços privados, de diversificação e massificação do ensino e de reconfiguração das



profissões, conforme acordo da OMC, como destaca Leher (1998). O ensino à distância e o ensino presencial privado, hoje, estão em franca expansão em toda a América Latina. Tal processo

ocorre para configurar nichos de valorização do capital médio, num período em que o capitalismo promove uma intensa oligopolização do capital, com tendências de concentração e fusão de capitais, e dificuldades de investimento produtivo e de valorização. Constitui-se ainda uma via de acesso ao fundo público e ao crédito, a exemplo da discussão acerca do apoio do BNDES a essas instituições, na perspectiva de valorização do lucro privado fácil e rápido, tendência esta que vem crescendo no contexto da recente crise. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social. Em: <<http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Documento-Incompatibilidade-entre-Graduacao-Distancia-ServicoSocial.pdf>>. Acesso em 15/10/2011).

O que está em questão com essa política de expansão é a mudança no sentido e conceituação de universidade: trata-se de uma perspectiva que restringe o sentido de espaço de pesquisa e elaboração de conhecimento e amplia o sentido da produção e titulação. Sem considerar relevante a qualidade técnica, ética e social desses cursos, volta-se exclusivamente, para responder às exigências do capital financeiro com expansão quantitativa e submissão às demandas do mercado.

O ensino à distância e as estratégias de privatização da educação presencial aparecem com o discurso da democratização do acesso, mas na verdade é uma resposta aos parâmetros internacionais de competitividade e atratividade, no contexto da mundialização da capital, ao mesmo passo em que reproduz sua ideologia.

Na Amazônia, as contradições presentes estão, inequivocamente, relacionadas à acumulação capitalista mundial. A esses processos historicamente construídos, somam-se outros em razão dessa acumulação, especialmente em função da crise capitalista contemporânea, configurando uma realidade regional onde se pode encontrar, entre tantos outros fenômenos, uma massiva desigualdade social (evidente no empobrecimento de sua população); uma recorrente agressão à natureza (à mostra nos desmatamentos, nas queimadas e na poluição dos rios); um crescimento da violência rural e urbana (decorrente de conflitos de terra e crescimento desordenado da população



e das cidades); uma permanente ameaça aos povos da floresta (historicamente expropriados de suas terras); e o crescimento do trabalho infantil e escravo.

As manifestações da questão social na Amazônia são repletas de particularidades que colocam aos pesquisadores um esforço contínuo de apreender a sua lógica e o movimento que as classes – em especial os trabalhadores, incluindo-se aí os assistentes sociais – têm dado no enfrentamento destas questões. Nesse sentido, as determinações da questão regional amazônica não são aparentes, pois se apresentam profundamente fragmentadas e como se fossem alheias a uma profissão cuja ação imediata recai sobre os serviços assistenciais.

A questão regional amazônica é reflexo da questão social na América Latina expressa pelas relações de forças econômicas e das classes, postas pelos países centrais aos países periféricos e dependentes como expressão das relações imperialistas. Nesse contexto, devemos compreender que

O Serviço Social como totalidade histórica evidencia-se na relação que se estabelece entre as mudanças qualitativas das determinações da profissão, isto é, dos seus elementos constitutivos (dimensão interventiva, produção de conhecimento, a formação profissional e a organização política) e as determinações, também qualitativas, das totalidades societárias concretas às quais pertença o Serviço Social. (CARDOSO, 2007, p. 35-36).

Assim, a dimensão crítica de construção de um projeto de efetiva emancipação humana só se concretiza caso haja um forte comprometimento dos profissionais do Serviço Social com os movimentos de resistência na região.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Franci. **Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social: tendências quanto à concepção e organização de conteúdos na implementação**



das diretrizes curriculares. In: Temporalis/Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – Ano VII, nº 14 (jun-dez/2007), p-31-53.

CEPAL (**División de Desarrollo Social, 2010**).

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e Serviço Social.** Em: <<http://www.abepss.org.br/briefing/documentos/Documento-Incompatibilidade-entre-Graduacao-Distancia-ServicoSocial.pdf>>. Acesso em 15/10/2011)

GONÇALVES, Reinaldo. **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado** in Serviço Social e sociedade. São Paulo: Cortez, out-dez/2012, vol 112, p. 637-671

KATZ, Claudio. **Los atolladeros de la economía latinoamericana** in Serviço Social e sociedade. São Paulo: Cortez, out-dez/2012, vol 112, p. 711-728

LEAL, Aluísio Lins (UFPA). **A conjuntura política latino-americana e a questão da região amazônica**, conferência proferida no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFMA, São Luís, em 02 de abril de 2013

LEHER, R. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para o “alívio” da pobreza. 1998. Tese (doutoramento em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

MOTA, Ana Elizabete (org). **O mito da assistência**. Ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____ (org). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia**: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. São Paulo: Cortez, 2012.



LA EXISTENCIA SOCIAL: entre subjetividad y condiciones objetivas. Incidencia en la discusión teórica sobre el Desarrollo

Aura González Serna¹

Resumen

Este artículo busca instigar reflexiones sobre el debate teórico en torno al Desarrollo. La premisa para afincar el análisis es considerar la incidencia de los modos de aprehender la existencia social, toda vez que ella está demarcada entre subjetividades y condiciones objetivas. Concepciones distintas al interpretarla y representarla comparecen en el imaginario individual y colectivo. La fragmentación entre subjetividad y objetividad, constituye impedimento para comprender el carácter genérico del Ser que construye y transforma permanentemente la existencia social.

¹ Doutora, Universidade Pontifícia Bolivariana (UPB). E-mail: aura.gonzalez@upb.edu.co
augonse@yahoo.com



RELACIÓN NATURALEZA-SOCIEDAD: dialogo entre materialidad y subjetividad

Conceptos tales como: la relación naturaleza-sociedad, el espacio, el paisaje, el territorio, el desarrollo, el capital humano, el capital ambiental, la sustentabilidad, el medio ambiente, entre muchos otros, son instrumentalizados a partir de innumerables demandas, buscando operar a través de adjetivos o adverbios que califican racionalidades y decisiones.

Influencias teóricas incidirán en estas trayectorias. Por ejemplo, en Hegel el paisaje será entendido como una subjetividad objetivándose a través del trabajo, o para decirlo de otra manera, una interioridad exteriorizándose en lo que se denomina paisaje, al buscar reconocerse en él. Y de este modo, otorgándosele cualidades estéticas que no podrían comprenderse sin considerar el dialogo entre materialidad y subjetividad.

Esta objetivación del espíritu en la naturaleza se da, para Marx, a través del trabajo que transforma la naturaleza. Es por esto que el paisaje, donde se ha cristalizado el trabajo humano, muestra los modos de producción que lo han caracterizado a lo largo del tiempo.

Este ejemplo, la idea Hegeliana sobre la naturaleza como síntesis de una interioridad exteriorizándose, estará asociada a los contenidos simbólicos de los objetos que constituyen el paisaje y tendrán basta influencia en la Geografía alemana y cultural.

En este mismo sentido, debatir sobre concepciones del Desarrollo estará relacionado con la coyuntura histórica que lo concibe, e implica identificar vínculos que estructuran continuidades y rupturas en la dimensión socio-territorial, referida ésta al espacio geográfico, en cuanto contexto en el cual se revelan modos de producción y relaciones sociales en realidades específicas. Condición que ha sido bastante desestimada en la concepción neoliberal.

En el capitalismo, el hecho que los procesos productivos se consiguieran segmentar, funcional y espacialmente, ganando rentabilidad y eficiencia, llevó a muchos autores a plantear la perdida de la centralidad del trabajo en la organización de la sociabilidad. Se acuñaron conceptos como *sociedad de la información*, *los no-lugares*, *deslocalización*, *sociedad pos-industrial*. En el contexto de la globalización, resurge la



relevancia del ser humano en territorios específicos, asociando recursos, generación, transmisión de conocimientos, competencias e innovación.

En el modo actual de realización del capital, su reproducción reclama anclarse, influir directamente en modos de vida cotidiana, favorecerse de contenidos en la relación entre el conocimiento y el territorio. Con esto se opera un movimiento que supera las ilusiones de afianzarse sobre imaginarios de lo volátil y asequible, en condición de itinerante. El capitalismo estimula multiplicidad de significados y adjetivos, en cuanto a definiciones e ideologías que buscan construir consensos mediadores para legitimar modos de operar. Asistimos a una racionalidad que requiere territorializar la globalización. Políticos y economistas insinúan que las relaciones humanas son naturales, inmutables, típicas de sociedad en abstracto, estimuladas por la competencia entre individualidades. El concepto de *desarrollo sostenible* busca nuevos argumentos, ante las manifestaciones de la naturaleza, determinada por un conjunto de condiciones históricamente constituidas y agravadas en la densidad y tecnicidad por las realizaciones humanas recurrentes, aunado a ciclos del metabolismo que rigen los elementos de la naturaleza, en una fase en la que diversas catástrofes socio-ambientales, visibilizan problemáticas globales.

Compartimos el parecer de Medeiros & Sá Barreto (2012) cuando destacan que autores como Foster (2002) y Burkett (1999) establecieron con éxito el vínculo entre la dinámica propia de la formación socio-económica vigente y los innumerables fenómenos de degradación ambiental. Esa manifestación de la degradación ambiental, profundizada por la crisis del capitalismo global, ha resultado emblemática para ideologías y prácticas, a saber, la del ecologismo: estudio científico de la relación entre la vida social y el ambiente natural. Sus propósitos, en este contexto demarcados entre particularidades históricas, requieren superar preceptos éticos abstractos, en el sentido de ser postulaciones, que necesitan establecer relaciones con los presupuestos y problematizaciones objetivas de las prácticas sociales cotidianas, en los espacios que le dan forma. Puesto que al reproducir una ideología favorable a preceptos que se metabolizan en discursos, terminan favoreciendo la manutención del sistema capitalista.



LOS VALORES Y LAS PRÁCTICAS SOCIALES

Más allá de ser preceptos éticos abstractos, es prioridad que se distinga la imposibilidad de superar problemas ambientales al interior de la formación social regida por el capital, en el modo como se realiza el consumo y la generación de lucro. Esto remite a la concepción de valores en cada coyuntura histórica.

Los valores son entidades subjetivas y condiciones objetivas de la práctica social, cuyas formas de realización requieren ser deconstruidas, en la búsqueda por evidenciar la incompatibilidad entre lo que se divulga en el plano ético-moral y las realizaciones humanas contemporáneas. Es decir, postulaciones enmarcadas en racionalidades que sistematizan bagajes teóricos requieren ser investigadas a la luz de las prácticas sociales que le dan forma en coyunturas específicas. Siendo que en la sociedad regida por el modo de explotación capitalista, todos los valores, inclusive los que postula la denominada ética ambiental, tienen su realización subordinada a una ética que requiere naturalizarse e ideologizarse como ética objetiva (o autónoma): la ética del capital.

Las abstracciones racionalizadas de la ética ambiental adquieren, para descascarar sus artificios, el peso de expresión práctica, de aprehensión dialéctica y de análisis de totalidad, entre *lo concreto vivido* y *lo concreto pensado* (apoyándonos no solo en la crítica social de Marx, sino también en la amplia expresión de la subjetividad en lo contemporáneo, recurriendo a Lukács).

CONCEPCIONES AFINES AL CAPITALISMO

Revisando la construcción teórica que desde perspectivas diversas ha venido observando la degradación ambiental y el desarrollo del capitalismo, se encuentra en la economía una vertiente ortodoxa, que apoyándose en el legado de los clásicos, atribuye a la ausencia de incentivos de mercado la causa de los principales problemas ambientales.

En esta perspectiva, el modelo de explotación y realización de lucros del capitalismo no se cuestiona, debe quedar intacto, pero ampliando la extensión de la lógica del mercado hacia realidades socio-espaciales en las cuales este no viene operando de modo eficiente. Este metabolismo generaría un corrector, donde, se cree, que los



individuos serian estimulados a reducir sus prácticas dilapidadoras hacia sentidos/valores sustentables.

Existe otra corriente que prefiere interpretar la problemática ambiental en términos *alternativos*, se defiende la producción y el consumo conscientes, con frenos: parafraseando sus principios serian *buenas prácticas*, a través del enfoque de prácticas individuales se asentaría una transformación ética generalizada. Aquí se podría cuestionar la extensión de este compromiso individual con el medio ambiente, de cierto cuño teológico, moral, idealista, de un modo que parece tranquilizar los sentidos, sin comprender que la tentativa afianza la lógica individualista que metaboliza el modo de realización del capital, compréndase en este sentido la moda o énfasis por las ferias ecológicas, la agricultura orgánica que pauta publicidad y consumo mas costoso, la homogenización de un discurso que se impone en la expresión tácita, mas no en los hechos. Dinámica que metamorfosea en alienación y mercancía el proceso, pues nadie termina preguntándose de dónde vienen las legumbres, las frutas, el modo de trabajo que compromete cada producción.

Recuperaremos a continuación el contexto que ha favorecido esta problematización.

Parafraseando a Smith el autor expresa la posibilidad de cuestionar el crecimiento económico como fin en sí mismo y el impulso a la ampliación irrestricta de la producción cambiando un determinado conjunto de valores. Seria necesario, según él, orientar estos valores hacia las reales necesidades de los seres humanos, superando el sentido anti ecológico y el uso de avances tecnológicos de forma dilapidadora. Habría que poner freno a las representaciones del dominio de la humanidad sobre la naturaleza, ya que esta concepción conlleva un carácter dual: mientras ofrece comodidades al responder a necesidades, al mismo tiempo, de modo imprevisible e irreversible transforma el carácter de la naturaleza.

Es evidente la interacción e indisociabilidad establecida entre naturaleza y sociedad en las formulaciones económicas del siglo XIX e inicio del XX. Paul Claval (2005) rescata que el *conocimiento de la economía no se desarrolló hasta final del siglo XVIII, gracias a la observación del papel del espacio en la vida económica, precisamente.*



Esto también fue demostrado por Pierre Dockes (1969). Estaría evidenciando marcos de la economía y geografía espacial, a partir de la reflexión sobre los problemas de la riqueza y la producción. Nace la observación del paisaje y la necesidad de representar la realidad geográfica. Al final del siglo XVII, economistas como William Petty, en Inglaterra, y Vauban, en Francia, ya identificaban que las actividades productivas estaban generalmente concentradas a lo largo de los litorales, de los ríos navegables y de los canales. En el siglo XVIII la atención se concentró cada vez más sobre la producción y el intercambio de riquezas. Richard Cantillon describió la creación de riquezas en las zonas rurales y su consumo en las ciudades: de este modo ofreció la primera reflexión sobre la naturaleza de la ciudad y la jerarquía urbana. Quesnay, economista francés, fue por su parte, el primero en concebir la vida económica como un circuito. Después de 1770 la situación cambió. Los economistas desarrollaron un interés creciente por los mecanismos económicos. Turgot describió el funcionamiento de los mercados y la ley de oferta y demanda.

En la “Riqueza de las Naciones”, Smith (1776) manifestaba el interés por la observación geográfica, demostrando que la especialización del trabajo era limitada por la extensión del mercado. Sin embargo, Smith consideró que la riqueza de las naciones resultaba de la voluntad de los individuos, de las iniciativas de los emprendedores y del libre funcionamiento de los mercados, de ahí viene la exclamación: “dejar hacer, dejar pasar!”. Se identifica que a partir de estos postulados cesa el estímulo a identificar particularidades de las distribuciones geográficas.

El economista evidenció la combinación de los factores productivos en la empresa y la responsabilidad de los gobiernos en el campo de funcionamiento de las firmas y de los mercados. El problema mayor estaba en la repartición de las rentas entre capitalistas y trabajadores. El ramo principal de la ciencia económica ignora el papel del espacio por más de un siglo, hasta la década de 1930.

En Alemania, al decir de Paul Claval (2005), Ernst Friedrich introdujo en 1904 la noción economía exploradora y destructiva. Hasta el fin del Siglo XIX, el libre comercio fue efectivamente la causa del desarrollo económico de Europa Central y Occidental y de Estados Unidos. En esta perspectiva, la posición de David Ricardo (1817) estaba



correcta: en una economía sin progreso técnico, es decir, sin economías de escala y sin economías externas, el comercio internacional favorece el nivelamiento de los precios de los factores de producción, la mejor política era el libre comercio.

Sin embargo, será a partir de la década de 1970 que estos postulados entran a hacer parte de las agendas internacionales, a modo de reconocimiento, urgencia y definiciones que tensionan la definición de políticas públicas. En este sentido, el llamado tercer sector asumió representativamente el propósito de modificar hábitos de consumo y de incidir en nichos de la producción. Identificando intencionalidades de una coyuntura, inseparables a las acciones que configuran tensiones, Al Gore, ex vicepresidente norteamericano, ante la crisis ambiental manifestaba, por ejemplo: "(...)es fácil sentirse masacrado e impotente, no confiar en que los esfuerzos individuales puedan tener real impacto. Necesitamos resistir a esa reacción, esta crisis no va a tener fin si nosotros, como individuos, no asumimos la responsabilidad por el problema. Procurando informarnos e informar a los otros, volviéndonos más activos políticamente y exigiendo cambios, cada uno de nosotros puede hacer la diferencia". Gore, (2006:317),

La Comisión Mundial sobre el Medio Ambiente y Desarrollo (CMMAD, 1991) considera que el *desarrollo sustentable debe ser un proceso capaz de armonizar crecimiento económico, inversiones, avance tecnológico, con la explotación de los recursos y del medio ambiente en general*. Para Schumacher (1996) es necesario transformar los valores asociados al consumo como condición *sine qua non* para una sociedad sustentable. Recurre al budismo y al cristianismo para explicar su concepto de consumo consciente, basado en simplemente el freno al deseo por más. Tal revisión de valores (ética) y comportamientos (moral) generarían modelos sustentables, que invertirían las tendencias actuales de la degradación ambiental.

De ese modo, se analiza el camino propuesto por estas reflexiones y autores. No se niega que esas exposiciones cumplen un papel importante al evidenciar modelos actuales de producción, consumo, comercialización, distribución, contaminación y atentado contra recursos naturales no renovables. El llamado es a vincular la existencia social entre subjetividad y condiciones objetivas. La ética y la moral no se forman de modo libre e irrestricto en la conciencia de los individuos. No será a partir de valores y



meras intenciones que se configura la vida cotidiana y su red de relaciones hacia modos diversos de sociabilidad.

Autores diversos han contribuido al debate sobre la idea de que entre la sociedad y el producto materializado en acciones, existe una trama de intencionalidades, por lo que este continuum entre el producto materializado en acciones es inseparable de las intencionalidades que lo rigen. De ese modo, la ética no es exclusivamente subjetividad. Siendo ética y moral caras de una misma moneda, en el sentido de las determinaciones que los modos de reproducción social le impregnan.

La existencia social: entre lo immanente y trascendente

No hay duda que para romper esta dualidad y fragmentación al referirse a la ética, hay que recurrir a la ontología de los valores, identificando que los valores son momentos que no se pueden eliminar de las prácticas humanas. Lukács realiza un ejercicio detenido examinando las formas de prácticas humanas originarias, a través de una revisión a la acción humana a partir del trabajo. Observa que éste se constituye, históricamente, en esencia de objetivación con una previa definición (teleología), buscando materializar la idea. Independiente de cualquier forma histórica concreta, es una práctica que busca objetivar un valor-de-uso o simplemente un valor. Lukács reconoce que una vez puesta la finalidad que conduce al trabajo es necesario que el proceso de trabajo sea compatible con su objetivación. Eso significa que el nexo entre el valor y el deber-ser ya está presente como momento indispensable del trabajo, incluso en sus formas más primitivas. Siendo el trabajo una actividad *programática y de realización*, su producto es objetivación, simultáneamente, de las manos y del cerebro, de las aptitudes corporales e intelectuales del hombre, Markus (1974b). El trabajo siendo un acto de accionar consciente, pone y supone el *conocimiento de finalidades y medios*. Todo trabajo implica un cierto saber sobre los hombres en sus relaciones sociales y personales, como condición de inducir el sujeto a efectuar los propósitos deseados. Este saber asume las formas de costumbres, hábitos, tradiciones, evidenciándose en procedimientos racionalizados. De este modo, el trabajo es inseparable del conocimiento, de las ideas y concepciones de mundo, esto significa, *de formas de pensar la vida real*. El ser que trabaja *construye para sí, a través*



de su actividad, modos de actuar y de pensar, es decir, una manera específicamente humana de relacionarse con las circunstancias objetivamente existentes, apropiándose de ellas, trazando la consecución de fines propuestos por el sujeto en la creación de objetos capaces de desempeñar funciones sociales, haciendo nacer valores de uso.

El hecho de contener una ética (valor) y una moral (deber-ser), distingue la práctica humana del trabajo (y la práctica general) de las actividades análogas de los animales. En la naturaleza, dice Lukács, hay emergencias y satisfacciones, pero no valores. Lukács (1979:86; 2004:143). “toda praxis, incluso la más inmediata y la más cotidiana, contiene en sí esa referencia al acto de juzgar, a la conciencia, etc., visto que es siempre un acto teleológico, en el cual la posición de la finalidad precede, objetiva y cronológicamente, la realización” (Ibid, 1979:52). Surge una categoría fundamental para Lukács en la praxis humana: *la alternativa*. El trabajo además de ser realización de una finalidad preconcebida, es elección entre alternativas concretas. En todo acto humano no solo existe la finalidad (valor) sino un curso de acción (deber-ser) y todos los otros medios necesarios para realizarla objetivamente en un mundo en sí insensible en relación a los designios humanos, son elegidos, y otros negados. Reconocer ese carácter de elección entre alternativas nos permite revelar el fundamento objetivo de los valores y a partir de ellos, de los deberes-ser y juicios de valor.

De este modo, se puede analizar que la propia elección depende del hecho de que el mundo contenga en su configuración objetiva posibilidades todavía no explicitadas y que jamás se explicitarían a no ser por la realización exitosa de la práctica humana. Por lo tanto, es imprescindible que los sujetos, en su práctica, reconozcan y elijan los cursos de acción que se ajustan a la realización de la finalidad puesta al inicio idealmente. Es a través de este ejercicio del razonamiento que Lukács demuestra el carácter objetivo de los valores, en la demostración del carácter objetivo del deber-ser y los juicios de valor.

El trabajo, Lessa (2002), es el punto de partida de la humanización del hombre, del refinamiento de sus facultades, proceso del cual no se debe olvidar el dominio sobre sí mismo. Por mucho tiempo el trabajo fue el único ámbito de ese desarrollo. En este sentido aquí el trabajo es tomado como modelo ontológico de las diferentes modalidades de práctica social. Por el trabajo se transforman causalidades insensibles a las finalidades



humanas en causalidades “puestas” por su práctica. Y los seres humanos en el contínuum de este proceso crean en el mundo nuevas formas materiales. Eso quiere decir que los seres humanos modifican el campo de los valores y, a través de esto, de los deberes-ser y de los juicios de valor. A cada etapa del desarrollo social, corresponde no sólo un conjunto de valores, una ética, sino una moral y formas de subjetividad (pueden conocerse como ideología).

Así, para conocer la ética y la moral de una determinada época o coyuntura histórica, se deben evidenciar los condicionantes de la práctica humana determinados por el grado de desarrollo social. Y aquí se explica la crítica a la ética idealista, con base en la teoría del valor de Marx y en el estudio de la ontología y la subjetividad desarrollado por Lukács. Con el vínculo insuperable entre ética, práctica social y estructuras causales que constituyen el mundo de los hombres.

Conclusiones

Retomando la discusión teórica sobre el Desarrollo, en su relación dialéctica entre naturaleza & sociedad, el desafío es aprehender/analizar los modos diversos de territorialidad que se ejercen, las redes que denotan movilidad y tácticas a veces inverosímiles y desestimadas, del hombre a través de la reproducción cultural, en el ámbito cotidiano. La naturaleza aquí evocada no en calidad de *primera naturaleza* y sí en su condición de *segunda naturaleza*, referida a la relación de los sujetos que explotan los recursos del medio, generando cambios que resultan en infraestructuras, comunicaciones, edificaciones, equipamientos e instituciones, a través de un contínuum de relaciones sociales que se manifiestan en discursos, prácticas, representaciones, intencionalidades y producción de sentidos. La naturaleza intervenida como mercancía, desde múltiples sutilezas que imponen innovación, estética, envejecimiento previsto, arreglado y programado dentro de la lógica del objeto obsoleto, en la dinámica contemporánea del capitalismo. La naturaleza se transforma en función de la *novedad*, para excitar a los compradores a determinados usos con la acotación en el mercado, siendo la publicidad un mecanismo clave en ese proceso Lefebvre (1991).



Lo cierto es que existe un vínculo de dependencia profunda e histórica del hombre por la naturaleza. Resultando en equívoco tanto restringir esa comprensión a una naturaleza esencialmente técnica e instrumental, como el estudio de la naturaleza per se, sin situarla en el movimiento socio-geo-histórico y económico del modo de producción capitalista, en su carácter multidimensional y multiescalar. El carácter de temporalidad, establece periodos significativos que permite comparaciones, identificando contradicciones entre los intereses del capital y las practicas que expresan el ordenamiento de un territorio en contravía de las determinaciones en la relación sociedad-naturaleza, sobre las condiciones referidas al capital, el trabajo, la tierra, la cultura, técnicas y tecnologías.

Comprender que en todo acto humano no solo existe una finalidad (valor), sino un curso de acción (deber-ser) y todos los medios necesarios para realizarla objetivamente se realizan entre elecciones y negaciones (la alternativa), es comprender que el mundo contiene en su configuración objetiva, posibilidades aun no explicitadas, múltiples redes que se establecen (hombre-naturaleza, hombre-hombre, sociedad-sociedad) y objetivaciones que solo se podrán explicitar a través de la realización de las más diversas formas de uso y ocupación del suelo. Se trata de reconstruir la historia de la producción social del espacio, evadiendo la distracción a sentencias que caracterizan procesos, relaciones sociales y dinámicas como siendo locales, regionales, metropolitanas. La conclusión es que el fundamento objetivo de los valores es la *labilidad* propia de la existencia tanto natural como social, es decir que la elección entre alternativas también envuelve el curso de acción en el trabajo, el proceso de trabajo. Es imprescindible que, en su practica, los sujetos reconozcan/elijan acciones que se ajustan a la realización de la finalidad que al inicio es puesta idealmente. Es un continuum de carácter objetivo-subjetivo, del deber-ser y de los juicios de valor.



Bibliografía

Burkett, P (1999) Marx and nature: a red and green perspective. Nueva York, St Martins's Press.

Claval, Paul (2005) GeoTextos, vol. 1, n. 1, pp. 11-27

Foster, J. B. (2002) Ecology against capitalism. Nueva York, Monthly Review Press.

Gore, A (2006) Uma Verdade Inconveniente. São Paulo, Editora Manole

Lefebvre, (1991) The Production of Space, N. Donaldson-Smith trans., Oxfor: Brasil Blackwell. Originally published 1947.

Lukács, G. (1979) Ontologia do Ser Social, São Paulo, LECH

Lessa, S (2002) O Mundo dos Homens: Trabalho e Ser Social. São Paulo, Boitempo.

Markus, G. (1974b) Teoria do Conhecimento no Jovem Marx. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

Medeiros, Joao Leonardo & Sa Barreto Eduardo (2012) Lukács y Marx contra el "ecologismo acrítico": por una ética ambiental materialista. Revista Herramienta N° 50. (Ingreso 29, oct, 2012 pagina web. <http://www.herramienta.com.ar/herramienta-web-6/lukacs-y-marx-contra-el-ecologismo-acritico-por-una-etica-ambiental-materialista>)

Smith, G. A. (1996) The Purpose of Wealth: a historical perspective. In: Daly, H. & Townsend, K. *Valuing the Earth: economics, ecology, ethics*. Cambridge, MA, MIT press.